

Campanha de Valorização do Salário Mínimo

Resultados da Negociação para 2007



Perguntas sobre o aumento proposto para o Salário Mínimo e reajuste da tabela do imposto de renda

Em 06.12.2006, as Centrais Sindicais, dando continuidade à campanha pela recuperação do salário mínimo através de movimento unitário iniciado em 2004, realizaram a III Marcha pelo Salário Mínimo e entregaram ao Governo Federal e ao Congresso suas propostas para o Salário Mínimo 2007 e para a correção da tabela do Imposto de Renda.

Como resultado das negociações neste fim de ano, foi acordado uma revisão do salário mínimo para o valor de R\$ 380,00 a partir de 1º de abril de 2007.

Foi negociada, ainda, uma política que prevê, até 2011, as seguintes regras:

- Em 2008, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2006, em março.
- Em 2009, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2007, em fevereiro.
- Em 2010, reajuste pela inflação do período mais variação do PIB de 2008, em janeiro.
- Em 2011, reajuste pela a inflação do período mais variação do PIB de 2009 e avaliação da política segundo critérios a serem negociados em 2007.

Nesta nota, o DIEESE atualiza as informações de um trabalho realizado quando das discussões que fecharam a proposta para o valor vigente desde abril de 2006 adotando as estimativas para avaliação dos impactos da proposta apresentada pelo movimento sindical.

1. Qual o aumento real do salário mínimo?

- 1.1. Para verificar o ganho real, com a revisão que será efetivada em abril de 2007, foi considerada a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) prevista para o período de 01.04.06 a 31.03.07 (estimando-se taxas para dezembro, janeiro e fevereiro e março).
- 1.2. Foi estimada a **variação do INPC-IBGE** para o período de 01.04.06 a 31.03.07 em: **3,00%**;
- 1.3. A **variação** do valor do salário mínimo de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 resulta em aumento de **8,57 %**;
- 1.4. A estimativa de **aumento real** do salário mínimo em 01.04.07 chega a:

5,41 %

2. Qual o reajuste do salário mínimo no governo Lula?

- 2.1. Entre 2003 (primeiro ano do Governo Lula) e 2006, o aumento do salário mínimo totalizou 75,00%. No primeiro ano (2003), o reajuste foi de 20,00%, para uma inflação acumulada de 18,54%. No segundo, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06% e em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, para uma inflação de 6,61%. Em 2006, para uma inflação de 3,21%, o reajuste fica em 16,67%, o que corresponde a um aumento real de 13,04%.
- 2.2. Considerando a previsão de variação do INPC em 3,00%, até o final de março de 2007, e o valor de R\$ 380,00, em 1º de abril de 2007, o ganho real acumulado no período seria de 32,10%, resultante de uma variação nominal de 90,00%, contra inflação de 43,83%, conforme demonstrado na Tabela 1.

TABELA 1
Reajuste do Salário Mínimo
2003-2007

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007 (*)	380,00	8,57	3,00	5,41
Total (abr/2002 – mar/2007)		90,00	43,83	32,10

(*) inflação estimada

Elaboração: DIEESE

3. Quais os impactos da elevação do salário mínimo na economia?

- 3.1. Estima-se que:
- **43,7 milhões de pessoas** têm seu rendimento referenciado no salário mínimo.
 - **R\$ 16,8 bilhões** será o incremento de renda na economia.
 - **R\$ 4,1 bilhões** correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

TABELA 2
Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 30,00
Brasil 2006

Tipo	Número de Pessoas	Valor Adicional no Gasto Anual -R\$	Arrecadação Tributária Adicional R\$
Beneficiários do INSS	16.382.055	6.389.001.450	1.565.305.355
Empregados	12.970.405	5.058.457.950	1.239.322.198
Conta-própria	9.194.511	3.310.023.960	810.955.870
Trabalhadores Domésticos	4.921.961	1.919.564.790	470.293.374
Empregadores	256.673	92.402.280	22.638.559
Total	43.725.605	16.769.450.430	4.108.515.355

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005 – FIBGE e Boletim Estatístico da Previdência Social – setembro de 2006.

Obs: (a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo;

(b) Considerado 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos;

(c) Considerando-se tributação média sobre consumo de 24,5 %.

4. Qual é a importância do salário mínimo nas administrações públicas?

- 4.1. O número de trabalhadores, no setor público, que ganha até 1 salário mínimo, é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação destes trabalhadores é expressiva apenas na região Nordeste (Tabelas 3.a e 3.b).
- 4.2. Quando se observa o impacto do aumento de 8,57% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: um maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

Tabela 3a
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no Setor Público por Faixa de Salários Mínimos (nº absoluto)

Região	Serviço Público Federal				
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Informação	TOTAL
Norte	194	2.057	54.870	59	57.180
Nordeste	1.047	3.843	117.528	210	122.628
Sudeste	1.229	7.137	237.448	216	246.030
Sul	186	1.774	63.767	45	65.772
Centro-Oeste	2.024	7.616	282.014	94	291.748
Total	4.680	22.427	755.627	624	783.358
Região	Serviço Público Estadual				
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Informação	TOTAL
Norte	6.670	64.986	244.403	496	316.555
Nordeste	8.462	187.131	544.916	250	740.759
Sudeste	70.594	156.336	1.088.614	6.249	1.321.793
Sul	1.309	41.584	314.960	742	358.595
Centro-Oeste	6.334	41.638	292.536	229	340.737
Total	93.369	491.675	2.485.429	7.966	3.078.439
Região	Serviço Público Municipal				
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Informação	TOTAL
Norte	26.561	154.448	104.655	428	286.092
Nordeste	247.761	651.935	296.274	4.283	1.200.253
Sudeste	49.003	503.473	1.067.552	3.811	1.623.839
Sul	8.847	181.831	391.126	1.077	582.881
Centro-Oeste	8.457	132.989	123.182	299	264.927
Total	340.629	1.624.676	1.982.789	9.898	3.957.992

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS 2005

Elaboração: DIEESE

Tabela 3b
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no Setor Público por Faixa de Salários Mínimos (%)

Região	Serviço Público Federal				
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Informação	TOTAL
Norte	0,34%	3,60%	95,96%	0,10%	100,00%
Nordeste	0,85%	3,13%	95,84%	0,17%	100,00%
Sudeste	0,50%	2,90%	96,51%	0,09%	100,00%
Sul	0,28%	2,70%	96,95%	0,07%	100,00%
Centro-Oeste	0,69%	2,61%	96,66%	0,03%	100,00%
Total	0,60%	2,86%	96,46%	0,08%	100,00%
Região	Serviço Público Estadual				
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Informação	TOTAL
Norte	2,11%	20,53%	77,21%	0,16%	100,00%
Nordeste	1,14%	25,26%	73,56%	0,03%	100,00%
Sudeste	5,34%	11,83%	82,36%	0,47%	100,00%
Sul	0,37%	11,60%	87,83%	0,21%	100,00%
Centro-Oeste	1,86%	12,22%	85,85%	0,07%	100,00%
Total	3,03%	15,97%	80,74%	0,26%	100,00%
Região	Serviço Público Municipal				
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Sem Informação	TOTAL
Norte	9,28%	53,99%	36,58%	0,15%	100,00%
Nordeste	20,64%	54,32%	24,68%	0,36%	100,00%
Sudeste	3,02%	31,01%	65,74%	0,23%	100,00%
Sul	1,52%	31,20%	67,10%	0,18%	100,00%
Centro-Oeste	3,19%	50,20%	46,50%	0,11%	100,00%
Total	8,61%	41,05%	50,10%	0,25%	100,00%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS 2005

Elaboração: DIEESE

TABELA 4
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do Reajuste de 8,57% na Massa de Remuneração
Total

UF	Serviço Público Federal		
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Total
Norte	0,00%	0,02%	0,03%
Nordeste	0,01%	0,02%	0,02%
Sudeste	0,00%	0,02%	0,02%
Sul	0,00%	0,01%	0,01%
Centro-Oeste	0,00%	0,01%	0,02%
Total	0,00%	0,02%	0,02%
UF	Serviço Público Estadual		
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Total
Norte	0,03%	0,26%	0,30%
Nordeste	0,02%	0,33%	0,35%
Sudeste	0,05%	0,14%	0,19%
Sul	0,00%	0,12%	0,13%
Centro-Oeste	0,02%	0,12%	0,14%
Total	0,03%	0,18%	0,22%
UF	Serviço Público Municipal		
	Até 1 SM	De 1 a 2 SM	Total
Norte	0,33%	1,34%	1,67%
Nordeste	0,83%	1,61%	2,44%
Sudeste	0,06%	0,49%	0,55%
Sul	0,03%	0,55%	0,58%
Centro-Oeste	0,09%	1,07%	1,17%
Total	0,22%	0,80%	1,01%

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS 2005

Elaboração: DIEESE

Obs.: Na faixa entre 1 e 2 SM foi considerado o ponto médio (R\$ 365,00) para o cálculo do impacto

5. Qual o impacto do aumento nas contas da previdência

- 5.1. O impacto de um aumento de R\$ 1,00 no salário mínimo sobre a folha de benefícios da Previdência é estimada, pelo governo, em R\$ 197,2 milhões ao ano.
- 5.2. Assim, o impacto do aumento para R\$ 380,00 (variação de R\$ 30,00), significará um custo adicional ao ano em cerca de **R\$ 5,9 bilhões**.

6. Qual a distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões?

6.1. A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na tabela abaixo:

TABELA 5
Distribuição dos ocupados, por faixa de rendimento
Brasil e Grandes Regiões, 2005

Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Com rendimento acima de 2 S.M.	Total
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
Norte	Nº 2.226.452	1.859.599	4.086.051	1.397.544	5.483.595
	% 40,6%	33,9%	74,5%	25,5%	100,0%
Nordeste	Nº 11.252.040	4.333.460	15.585.500	2.870.307	18.455.807
	% 61,0%	23,5%	84,4%	15,6%	100,0%
Sudeste	Nº 8.553.463	12.175.701	20.729.164	13.497.522	34.226.686
	% 25,0%	35,6%	60,6%	39,4%	100,0%
Sul	Nº 2.807.065	4.515.285	7.322.350	4.852.661	12.175.011
	% 23,1%	37,1%	60,1%	39,9%	100,0%
Centro-Oeste	Nº 1.699.458	2.014.783	3.714.241	2.010.741	5.724.982
	% 29,7%	35,2%	64,9%	35,1%	100,0%
Brasil	Nº 26.538.478	24.898.828	51.437.306	24.628.775	76.066.081
	% 34,9%	32,7%	67,6%	32,4%	100,0%

Fonte: IBGE.PNAD.

Elaboração: DIEESE.

Obs.: Exclui os sem rendimento e sem declaração.

7. Qual a relação entre salário mínimo e cesta básica?

- 7.1. Com o valor do salário mínimo em R\$ 380,00, e a cesta básica mantendo, até abril, o mesmo valor verificado para novembro de 2006, estima-se que o salário mínimo terá, então, um poder de compra equivalente a **2,05 cestas básicas** (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário).
- 7.2. Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:

- **2,05 Cestas Básicas é a maior relação na série das médias anuais desde 1971;**

TABELA 6
Relação entre a quantidade de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo
São Paulo – 1995-2006

Ano (*)	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
Abril de 2005	1,91
2006 (média Jan-nov)	1,91
<i>Jan</i>	1,69
<i>Fev</i>	1,71
<i>Mar</i>	1,69
<i>Abr</i>	1,91
<i>Mai</i>	1,96
<i>Jun</i>	2,03
<i>Jul</i>	2,05
<i>Ago</i>	2,06
<i>Set</i>	2,03
<i>Out</i>	1,95
<i>Nov</i>	1,89
Abril de 2007 (**)	2,05

Fonte: DIEESE

(*) médias anuais da cesta básica de São Paulo e salário mínimo.

(**) Valor da Cesta Básica de abril = novembro 2006

- 7.3. Assim, considerando-se a série histórica do salário mínimo e trazendo todos os valores médios anuais para reais de abril de 2007 (deflacionados por projeção do ICV- estrato inferior), o valor de R\$ 380,00 em primeiro de abril/2007, significará **o maior valor da série das médias anuais desde 1986.**

8. Salário mínimo e pisos de categorias

8.1. Considerando-se o levantamento realizado pelo SAS – Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE, que reuniu 429 pisos salariais estabelecidos ao longo de 2006 (até novembro), verifica-se que:

- **143 pisos (33% do total)** deverão ser corrigidos para valores equivalentes ao novo salário mínimo, uma vez que se encontram em um patamar inferior a R\$ 380,00.
- outros 115 pisos (30%) estão na faixa de R\$ 380,00 a R\$ 450,00.

9. Como fica a tabela do imposto de renda?

9.1. Considerando-se o IPCA acumulado (2003 a 2006) de 28,03 % e um reajuste, já aplicado até 2006, de 18,80%, conclui-se que, no período, existe uma defasagem entre a tabela e a inflação, da ordem de 7,77 %.

9.2. A negociação entre Centrais e Governo Federal acordou um reajuste fixo de 4,5% em 2007, 4,5% em 2008, 4,5% em 2009 e 4,5% em 2010.

As alíquotas atuais do imposto de renda, e como ficarão com a correção de 4,5%, podem ser vistas nas Tabelas 8 e 9:

TABELA 8
Tabela atual do IRPF – 2006

Renda líquida (R\$)	Alíquota	Dedução
Até 1.257,12	Isento	-
De 1.257,13 a 2.512,00	15%	188,57
Acima de 2.512,01	27,5%	502,58

Dedução por dependente: R\$ 126,36

Fonte: Receita Federal.

Elaboração: DIEESE

TABELA 9
Tabela IRPF corrigida em 4,5%

Renda líquida (R\$)	Alíquota	Dedução
Até 1.313,69	Isento	-
De 1.313,70 a 2.625,12	15%	197,06
Acima de 2.625,12	27,5%	525,19

Dedução por dependente: R\$ 132,17

Elaboração: DIEESE

TABELA 10
Comparação Tabela Atual e Tabela Reajustada
Imposto Mensal Devido, dada a Renda Tributável Líquida

Renda Tributável	IR Devido Mensal		Diferença R\$	Diferença %
	Atual	Reajustada		
1.200,00	0,00	-	-	-
1.500,00	36,43	27,94	-8,49	-23,3%
2.000,00	111,43	102,94	-8,49	-7,6%
2.500,00	186,43	177,94	-8,49	-4,6%
3.000,00	322,42	299,80	-22,62	-7,0%
3.500,00	459,92	437,30	-22,62	-4,9%
4.000,00	597,42	574,80	-22,62	-3,8%
4.500,00	734,92	712,30	-22,62	-3,1%
4.516,00	739,32	716,70	-22,62	-3,1%
5.000,00	872,42	849,80	-22,62	-2,6%
5.500,00	1.009,92	987,30	-22,62	-2,2%
6.000,00	1.147,42	1.124,80	-22,62	-2,0%
6.500,00	1.284,92	1.262,30	-22,62	-1,8%
6.774,00	1.360,27	1.337,65	-22,62	-1,7%
7.000,00	1.422,42	1.399,80	-22,62	-1,6%
10.000,00	2.247,42	2.224,80	-22,62	-1,0%
15.000,00	3.622,42	3.599,80	-22,62	-0,6%
20.000,00	4.997,42	4.974,80	-22,62	-0,5%
30.000,00	7.747,42	7.724,80	-22,62	-0,3%
40.000,00	10.497,42	10.474,80	-22,62	-0,2%